



## APRESENTAÇÃO

Sérgio Haddad

O conjunto de textos deste número compõe um amplo panorama de artigos produzidos por pesquisadores sobre dissertações e teses nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviços Sociais, no período de 1998 a 2006, sobre a temática da Educação Não Escolar de Jovens e Adultos. Buscou-se produzir um primeiro olhar sobre um campo relevante e pouco estudado, para produzir análises e recomendações com vistas a futuras investigações. A pesquisa foi produzida pela Ação Educativa, organização não governamental que se dedica às temáticas da educação, juventude e cultura, ao longo dos anos 2007 e 2009, e por mim coordenada.

Quando se fala em Educação de Jovens e Adultos, estamos acostumados a ter como referência os programas de alfabetização e aqueles processos que se desenvolvem para aquisição de uma escolaridade não adquirida em tempos anteriores, atualmente denominados por EJA. No entanto, um grande conjunto de práticas educativas é desenvolvido, com maior ou menor institucionalidade e que acaba impactando a formação da população. São práticas pouco visíveis e valorizadas pelo senso comum, pouco estudadas pelas pesquisas acadêmicas, com enorme diversidade no formato e no conteúdo. Podem ser cursos de aprendizagem de línguas, de formação profissional, de formação comportamental para a vida cotidiana. Podem ser práticas esportivas, culturais, de expressão artística, práticas onde ensinar e aprender são estruturantes.

A Educação de Jovens e Adultos, na sua versão escolar, foi estudada anteriormente. Os estudos realizados tiveram por objetivo identificar e discutir os temas emergentes da pesquisa em educação de jovens e adultos no Brasil, a partir de um conjunto de análises sobre a produção discente dos programas de pós-graduação em Educação e que compuseram dois estados da arte da educação de jovens e adultos no Brasil para o período 1986-98 e para o



período 1975-85.<sup>1</sup> Ao mesmo tempo em que estes estudos teóricos foram realizados, de forma alternada estudos empíricos procuraram ampliar a compreensão sobre este campo temático.<sup>2</sup> Todos os estudos anteriores foram realizados com a colaboração de uma rede de pesquisadores que coletivamente puderam traçar caminhos de investigação e constituir um conjunto importante de pessoas dedicadas à temática.

Neste trabalho atual, a Educação de Jovens e Adultos segue sendo o campo temático. Mas os interesses atuais voltaram-se para os estudos relativos à sua expressão como práticas de educação não escolar.

Em estudo de 1999, RIBEIRO indicou existir um número elevado da população de jovens e adultos que participa de programas de aprendizagem, tanto no que se refere à qualificação profissional quanto ao desenvolvimento pessoal. Pesquisando o comportamento da população do município de São Paulo, entre 15 e 64 anos, Ribeiro identificou que “quase a metade dos entrevistados (45,6%) declararam haver participado de algum programa educativo nos doze meses que antecederam a entrevista, 19,5% no ensino formal – nos níveis fundamental, médio ou superior – e 26,1% em programas de ensino não-formal, voltados à qualificação profissional ou ao desenvolvimento pessoal. Outros 15,1% declararam não ter feito cursos nos últimos doze meses, mas que já tinham feito algum em período anterior” (RIBEIRO, 1999, p. 114). Frente a este número elevado de pessoas envolvidas com tais processos educativos, interessou saber de que forma a produção acadêmica tem se voltado para analisar este campo de práticas educativas.

A investigação foi proposta nos moldes de um Estado da Arte, portanto, como uma pesquisa sobre pesquisas. Os estudos de tipo Estado da Arte permitem, num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa futura.

Mudanças no campo do conhecimento e alterações no âmbito da prática social, objeto de investigação acadêmico-científica, constituem imbricações que exigem, sistematicamente,

---

<sup>1</sup> HADDAD, Sérgio (Coord.). *Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília: Inep, Reduc, 1987, 136 p; HADDAD, Sérgio (Coord.). *Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. 140 p.

<sup>2</sup> O último trabalho publicado, dentro destas características, esteve dedicado a estudar experiências inovadoras no campo da EJA e está publicado como HADDAD, Sérgio (Coord). *Novos Caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA – Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

balanços teóricos, de modo a reconstituir suas inflexões e abrir novas perspectivas para o avanço do conhecimento acadêmico-científico.

Frente ao desafio de estudar uma variedade tão grande e dispersa de práticas educativas, tanto por sua forma, quanto pelo conteúdo, tomamos por decisão restringir o campo de análise. Neste sentido, decidiu-se por estudar a produção de conhecimentos realizada por discentes de programas de pós-graduação em Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (dissertações de mestrado e teses de doutorado), limitada ao período de 1998-2006. A periodicidade deveu-se ao fato de já ter sido realizado levantamento anterior até o ano de 1998, e 2006 foi escolhido por ser o último ano que as dissertações e teses estavam disponíveis pela CAPES, quando do início da pesquisa.

No primeiro momento foram levantados os títulos com resumos e foram definidos os temas a serem estudados dentro do vastíssimo conjunto apresentado. Em um segundo momento, os trabalhos foram recuperados e um conjunto de pesquisadores se integrou a esta proposta, estudando as dissertações e teses, e produzindo suas análises por meio dos artigos desta coletânea. Os pesquisadores foram convidados a partir dos seus interesses pelas temáticas e por estarem direta ou indiretamente vinculados ao campo de estudos.

Cabe aqui destacar dois pontos importantes. O primeiro diz respeito à delimitação do campo de estudos. Tomar Educação, Serviço Social e Ciências Sociais significou recortar o campo dos estudos sobre educação não escolar, deixando de lado uma provável vasta produção acadêmica complementar, que permitiria um olhar mais completo sobre o assunto. Ao mesmo tempo, delimitar o campo de estudos não significou também esgotar a análise sobre a temática da educação não escolar, uma vez que não há garantia de que o campo estudado pelas áreas escolhidas tenha sido esgotado. Ainda sobre a delimitação, é importante também apontar as dificuldades que se colocaram durante a realização da pesquisa para obter todos os trabalhos constitutivos do levantamento inicial, uma vez que as dissertações e teses estão espalhadas em diversos acervos e bibliotecas e nem sempre as versões digitais estavam acessíveis. Tudo isto leva a reconhecer que o trabalho realizado pelos pesquisadores tem como base documental uma amostragem, que é significativa pelo número de documentos recolhidos, mas não é universal para o campo dos estudos pretendidos.

O segundo ponto a ser destacado diz respeito ao conjunto de artigos realizados pelos pesquisadores. Apesar de ter havido uma orientação geral para a construção dos mesmos, cada qual teve a liberdade de trabalhar sobre uma perspectiva própria levando em consideração seu

estilo e a natureza do campo temático em que cada um trabalhou. Isto não produziu um conjunto disperso de artigos que não tem ligação entre si. Ao contrário, tais características enriqueceram os artigos e demonstraram a riqueza do trabalho coletivo.

### **Educação não escolar, um conceito inacabado**

A imagem do iceberg tem sido utilizada com frequência para fazer a distinção entre educação escolar e não escolar. A parte visível do iceberg seria a educação escolar, aquela que se confunde com o próprio termo educação e que é valorizada socialmente como um direito humano e fator de conquista de cidadania. A parte submersa, com um volume maior e de sustentação da parte visível, normalmente não reconhecida pelo senso comum, aqui denominamos de educação não escolar.

Uma trata de todo processo educativo institucionalizado, graduado em séries, hierarquizado. Outra, que ocorre fora deste marco oficial, pode ter como características, desde práticas formalmente organizadas e sistemáticas até processos informais de ensino e aprendizagem. A somatória do escolar com o não escolar constituiria o universo da educação.

Podemos pensar também que na medida em que nos afastamos dos processos formalizados da educação não escolar, vamos chegando às experiências educativas que ocorrem no cotidiano das pessoas, pelo seu relacionamento com os outros e com o ambiente onde vivem.

Poderíamos dizer, em um primeiro momento, que o que distinguiria uma prática educativa formal (seja ela escolar ou não escolar), de uma prática educativa informal seria a maior ou menor intencionalidade e institucionalidade. Quer dizer, uma prática educativa informal seria aquela com baixa intencionalidade de quem educa e teria um formato mais assistemático. No entanto, isto não corresponde à realidade. Se definirmos uma prática informal como aquela que ocorre no cotidiano da nossa vida, a ação de uma mãe e de um pai educando seus filhos, por exemplo, poderia ser classificada nesta categoria. Mas, apesar de ser uma ação pouco formal e assistemática, não podemos negar que ela é de alta intencionalidade por parte dos pais, como podemos exemplificar nos momentos em que chamamos a atenção das crianças para ficar distante do fogo, ou de uma rua movimentada, ou para respeitar outra criança.

Se a ideia até agora foi a de classificar e mostrar as fronteiras entre os diversos campos, isto não significa que não haja interações entre eles.

Jaume Trilla identifica estas interações com diferentes sentidos.<sup>3</sup> As relações de *complementaridade* são aquelas que ocorrem em função da insuficiência de cada um dos campos em atender igualmente a todos os aspectos e dimensões da educação. Por exemplo, uma pode ter sua ênfase na formação para o conhecimento, outras na formação moral, ou ética, ou afetiva. Enfim, são ênfases que dão a necessária complementaridade à formação do ser humano.

As relações também podem ser de *suplência* quando ocorre de um campo ser insuficiente para completar os objetivos que o educando tem para si. É o caso de um aluno que aprende a se exercitar na escola, mas não o suficiente para sua demanda de ser um atleta, o que exigiria uma formação específica não escolar.

Há ainda as interações de *substituição*, como é o caso dos frequentes trabalhos realizados por organizações não governamentais e movimentos sociais que acabam substituindo o papel do sistema público na escolarização da população. Ou o inverso, quando se espera da escola uma educação que dê conta de todos os aspectos da vida, como formar para o consumo consciente, educar sexualmente, fazer catequese, ou código de trânsito. Por último, Jaume Trilla identifica as relações de *colaboração*, onde as interações ocorrem como uma forma de reforço mútuo no cumprimento da missão de cada qual. É o caso dos trabalhos das escolas em museus, ou bibliotecas públicas. Ou o trabalho de organizações não governamentais dentro da escola.

Nem sempre estas interações são baseadas em um sentido positivo, como a complementaridade, a suplência e a colaboração; o universo da educação não é de todo homogêneo e coordenado, e nem seria possível que isto ocorresse na medida em que a sociedade é permeada por estruturas de classes e estratos sociais, assim como por valores e comportamentos que refletem esta sua condição. Em particular, quando pensamos sobre o universo do informal, na educação que ocorre no cotidiano das pessoas, onde as influências são maiores, ela certamente desenvolverá valores e comportamentos que podem ser diferentes e/ou contraditórios com os valores desenvolvidos no universo da família, ou mesmo da educação escolar.

---

<sup>3</sup> Veja: “La educación no formal” de Jaume Trilla Bernet, in: Aportes a las Prácticas de Educación no Formal, desde la Investigación Educativa, Ministerio de la Educación y Cultura, Universidad de La República, Montevideo, enero 2009.

O grande desafio colocado para as diversas gerações é o da atuação coordenada entre a educação escolar e a não escolar para determinados fins, de forma a poder aumentar o potencial coletivo de aprendizagem. Neste sentido é importante conhecer este universo pouco visível e estudado.

### **Fontes inspiradoras**

Vários são os campos de referências conceituais que fundamentam a educação não escolar. Dentre eles podemos destacar o campo da Educação Continuada, o campo dos Direitos Humanos, da Formação para o Trabalho, o do Desenvolvimento Humano e o da Educação Popular.

Talvez o mais antigo destes campos de referência seja aquele produzido e disseminado no âmbito da UNESCO e que teve forte repercussão após a segunda guerra mundial nos chamados “países subdesenvolvidos”. Nascido como uma preocupação em favor da educação das massas, constituídas pelos adultos analfabetos das regiões “atrasadas”, a UNESCO inicialmente colocou ênfase na alfabetização, disseminando campanhas nacionais, baixo conceitos como “educação de base”, “alfabetização funcional” e outros (BEISIEGEL, 2004).

Posteriormente, a UNESCO volta-se à ideia de Educação Permanente e mais tarde ao de Educação ao Longo da Vida, fortemente disseminado por ocasião da Vª Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, ocorrida em Hamburgo, na Alemanha. O conceito, nascido muito mais com identidade no primeiro mundo, acabou por servir para nominar práticas educativas que permitam uma melhor adaptação da sociedade em processos de inovação e mudanças sociais.

O conceito de Educação Popular, diferentemente do anterior, leva consigo a ideia de conflitividade e de emancipação, ao invés de adaptabilidade. Ao mesmo tempo em que politiza o processo educativo, amplia a compreensão da sua prática para além dos muros escolares. Como diz Pontual (2002): “Uma das contribuições mais importantes da educação popular é o desenvolvimento de um conceito do educativo que é bem mais abrangente que as práticas que se realizam no sistema escolar”.

Desde o final dos anos 60, na América Latina em particular, a Educação Popular<sup>4</sup> constituiu-se num importante referencial teórico e instrumental para práticas educativas

---

<sup>4</sup> Dentre várias obras, ver Brandão (1984), e Hurtado (1993).

voltadas para o fortalecimento de diversos atores sociais e políticos (sobretudo movimentos sociais) no terreno da sociedade civil. O conceito de Educação Popular, que tem como matriz o pensamento de Paulo Freire, veio se renovando ao longo dos anos e tem incorporado novos aspectos, principalmente aqueles referidos aos de natureza cultural e às novas condições de democracia vivida nos países da América Latina. Basicamente, o conceito está vinculado à ideia de um trabalho educativo voltado às classes populares e que tem por objetivo a mobilização, organização e ganhos de consciência destes setores visando à transformação das suas condições de vida.

A matriz teórica referida ao Desenvolvimento Humano, implementada pelos trabalhos do PNUD das Nações Unidas, baseada principalmente nos escritos de Amartya Sen, relaciona a ideia do desenvolvimento ao da expansão das liberdades humanas. Contrastando com as visões mais restritas e economicistas que identificam o desenvolvimento apenas com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, a expansão das liberdades não seria apenas o fim primordial do desenvolvimento, mas, também, um dos meios principais para se chegar a ele.

Para que tais objetivos possam ser alcançados, Sen reforça a ideia de que tal concepção está baseada na ideia do ser humano como agente, na medida em que estas liberdades vão se realizando: “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável” (SEN, 2000, p. 26). As ações educativas nesta visão servem para aumentar a capacidade participativa em processos para ampliação das liberdades, forma motora de implementar o desenvolvimento.

No plano dos estudos relativos aos Direitos Humanos, a noção contemporânea reafirma a unidade indivisível entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. Esta indivisibilidade é condição básica para a realização plena da democracia ao unir os direitos individuais e a liberdade política com as condições necessárias para que tais liberdades possam se realizar, quais sejam, as condições de trabalho, educação, saúde e respeito ao meio ambiente, entre outras. Estão também referidos nesta indivisibilidade a identificação, o respeito e o tratamento específico das condições particulares que

diferenciam grupos sociais por suas características de gênero, raça, etnia, idade, local de moradia, entre outras.

O campo teórico recente da análise sobre a conformação e a implementação dos direitos humanos tem como base duas características principais no que se refere à condição de agente do ser humano. A primeira refere-se ao fato de o ser humano, diferentemente dos demais seres vivos, manter uma capacidade nata de aprender e ensinar, em função da sua condição evolutiva.

“A reflexão filosófica contemporânea salientou que o ser do homem não é algo de permanente e imutável: ele é, propriamente, um vir-a-ser, um contínuo devir. E isto, por duas razões. Em primeiro lugar, porque a personalidade de cada ser humano é moldada por todo o peso do passado. Ademais, a essência do ser humano é evolutiva, porque a personalidade de cada indivíduo, isto é, o seu ser próprio, é sempre, na duração de sua vida, algo de incompleto e inacabado, uma realidade em contínua transformação.” (COMPARATO, 2004, p.28).

Esta capacidade do ser humano de aprender e adaptar-se às suas características de agente, condição necessária para a implementação e efetivação dos direitos humanos, segunda característica. O ser humano é o avalista dos processos de constituição dos direitos humanos; seu ativismo permite a criação, o reconhecimento e a ação por parte do poder público. É o movimento da sociedade, a chamada “cidadania ativa”, a impulsionadora e a referência das ações do poder público, diferentemente da cidadania passiva, aquela outorgada pelo Estado, com a ideia moral da tutela e do favor. (BENEVIDES, 1991).

Os dois fatores acima fundamentam as razões dos processos educativos na lógica da formação e criação de agentes para realização dos direitos humanos.

Estudos recentes trataram de identificar perspectivas comuns ao conceito de direitos humanos e de desenvolvimento humano (SEN, 2000 e O'DONNELL s/d). Entre estas características está a ideia do ser humano como agente e suas condições para que tal se dê, dentre elas, subjacente, a ideia de processos educativos.

“Los conceptos de desarrollo humano y de derechos humanos comparten una subyacente perspectiva universalista del ser humano como un agente; Esta perspectiva conduce a la pregunta de cuáles serían las condiciones, capacidades y/o derechos básicos que normalmente permiten a un individuo funcionar como un agente.” (O'DONNELL mimeo s/d).

Estas diversas dimensões explicativas das práticas da Educação de Jovens e Adultos estão, sem dúvida alguma, informando novas ações e novas análises a partir deste campo de intervenção social. Importa saber como a produção de conhecimentos acadêmicos vem incorporando esta temática, quais centros de produção podem ser identificados, seus pesquisadores principais, suas temáticas e os conteúdos.

São vários, portanto, os sentidos que podem tomar e justificar práticas de educação não escolar. Certamente outras virão que justifiquem pensar que a educação não pode se restringir apenas ao universo da escola. As quatro matrizes anteriores, no entanto, dão conta de orientar teoricamente a maioria das práticas refletidas e descritas nos diversos trabalhos analisados pelos pesquisadores.

### **Metodologia**

A primeira etapa da pesquisa compreendeu o levantamento das referências sobre teses e dissertações constantes no Banco de Teses da Capes.<sup>5</sup> Para realizar esse levantamento foram lançadas diversas chaves de busca, pois os trabalhos que tratam da educação não escolar de adultos não formam um campo específico de conhecimento. Nossas primeiras chaves foram: Educação não-escolar, educação não-formal, educação informal e educação popular.

Essas chaves trouxeram trabalhos que tratam de experiências não escolares de adultos e que deveriam ser incorporados na nossa pesquisa, mas percebemos que para mapear a produção dentro desse campo teríamos de realizar uma busca mais direta a partir de outras chaves mais específicas. A partir de *educação não-formal*, por exemplo, encontramos trabalhos que tratavam de jornal comunitário como estratégia de educação não-formal, da atuação de agentes comunitários (saúde e lazer), da dimensão educativa das rádios comunitárias e da participação em movimentos sociais, de festas populares e folclóricas, extensão rural, economia solidária, educação ambiental, trabalho educativo de organizações não governamentais, educação política, qualificação profissional, inclusão digital. Partimos então para as seguintes chaves: comunicação popular, rádios comunitárias, vídeo popular, jornal comunitário, cooperativas, economia solidária, economia popular, associativismo, extensão rural, educação do trabalhador, qualificação profissional, educação e trabalho, inclusão digital, educação em saúde.

<sup>5</sup> (<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/>). Este banco disponibiliza os resumos dos trabalhos defendidos no Programas de Pós-Graduação a partir de 1987.

Novas temáticas emergiram e indicaram caminhos para novas chaves como: desenvolvimento sustentável, agroecologia, educação e mulheres, gênero, educação e negros, relações étnico-raciais, movimento negro e educação sindical.

Essa estratégia de busca por chaves justificou-se também porque trabalhos que tratam da educação não escolar de adultos não necessariamente trazem palavras-chaves, resumos ou títulos que deem as indicações que a dimensão educativa esteja presente.

Com o levantamento realizado, foram definidas as temáticas a serem trabalhadas. Em seguida, foram convidados pesquisadores para fazer a leitura dos documentos para cada uma delas.<sup>6</sup> Cada pesquisador recebeu os resumos dos trabalhos constantes no banco de dados e teceu suas considerações iniciais em um pequeno artigo que serviu de subsídio para o 1º Seminário de pesquisa realizado em 11 de junho de 2008. Naquela oportunidade, cada pesquisador expôs seus primeiros achados, apontou suas dúvidas e fez sugestões de novas chaves de buscas para complementação da pesquisa. Foram incluídos os programas de pós-graduação em Educação Ambiental e foi refeita a pesquisa no Banco de Teses da Capes totalizando 341 referências de dissertações e teses.

Um encaminhamento importante do 1º Seminário foi o critério de definição dos trabalhos em cada uma das temáticas. O ator social, ou seja, mulheres, trabalhadores, indígenas, negros, idosos, tornou-se o primeiro critério de ajustamento temático. Nesse caso, se o trabalho tratasse de educação de mulheres em assentamentos rurais, ele pertenceria ao grupo temático educação não escolar de mulheres, se fosse uma dissertação sobre a dimensão educativa de um mutirão de habitações populares em uma comunidade de pessoas negras, comporia a área temática educação e relações étnico-raciais. Mesmo com o desenho desses critérios, percebemos que algumas áreas ficaram sobrepostas, dialogando entre si. Além do mais, os resumos dos trabalhos nem sempre deram informações precisas sobre o foco analítico de cada pesquisa. Assim sendo, terminadas as leituras das versões completas das teses e dissertações, alguns trabalhos migraram de área temática. Outro encaminhamento foi a construção coletiva de um roteiro para a escrita do artigo final, após a leitura das versões completas dos trabalhos.

---

<sup>6</sup> Foram convidados doze pesquisadores das áreas temáticas de diversas universidades e entidades de pesquisa em vários estados, conforme a tabela abaixo.

Para dar unidade aos artigos a serem escritos pelos pesquisadores, o roteiro elaborado conteve os seguintes aspectos para cada tema, em relação à parte das experiências de educação não escolar: conteúdos (o que é e como são construídos); quem é o agente educador?; quem é o educando?; quais as razões, as intencionalidades da proposta educativa?; qual o seu método; relação entre educação e cultura; relações de poder; relação entre saberes (técnicos/populares); relação com a comunidade; lugar social em que se dá a educação e o espaço de vida das pessoas; interfaces com a educação escolar; valores veiculados na proposta; materiais/instrumentos.

Evidentemente que o roteiro não foi uma camisa de força para os pesquisadores e serviu apenas como um sinalizador dos caminhos possíveis para a escrita dos artigos.

Finalmente, as áreas temáticas e o número de trabalhos por área temática ficaram assim distribuídos para o conjunto dos pesquisadores:

Áreas Temáticas		Número trabalhos	Pesquisador(a)
Educação Popular em Saúde		14	Cláudia Maria Bógus (Saúde Pública USP)
Ação Comunitária		22	Aline Abbonizio (Doutoranda USP)
Educação e relações étnico-raciais		21	Katia Regis (Doutora PUC)
Autogestão, Educação e Trabalho associado		32	Henrique T. Novaes (Doutorando UNICAMP)
Educação Ambiental		58	Nilton Bueno Fischer
Educação não escolar e desenvolvimento		23	Sérgio Haddad (Ação Educativa)
Educação do Trabalhador	Programas locais	21	Maria Clara Bueno Fischer (UNISINOS) Ana Cláudia F. Godinho (Doutoranda UNISINOS)
	Ação Sindical	15	Maria Clara Bueno Fischer (UNISINOS) Ana Cláudia F. Godinho (Doutoranda UNISINOS)
	PLANFOR	22	Gisela Tartuce (FCC)
Educação e comunicação popular		11	Michelle Prazeres (Doutoranda USP)
Educação Política		34	Marcos José Pereira da Silva (Ação Educativa)
Educação não escolar de mulheres		23	Carmen Sílvia Maria da Silva (SOS Corpo)
Educação e Cultura Popular		17	Pedro Benjamin Garcia (Católica de Petrópolis)
Povos indígenas		4	
Educação não escolar no campo		23	Fabiana de Cássia Rodrigues (doutoranda UNICAMP)
Idosos		1	
TOTAL		341	

Após definidos os temas e os pesquisadores, deu-se seguimento à recuperação das versões completas dos trabalhos. O primeiro passo foi realizado em pesquisas nas bibliotecas digitais das universidades, no Portal BDTD – Banco de Teses e Dissertações (<http://bdttd.ibict.br/>), no sítio Domínio Público ([www.dominiopublico.gov.br/](http://www.dominiopublico.gov.br/)) e também no buscador Google.

Por esse caminho foram conseguidos poucos trabalhos e o segundo passo foi contatar os autores por correio eletrônico. Apresentamos a pesquisa e pedimos autorização para

disponibilizarmos os trabalhos em uma Biblioteca Digital.<sup>7</sup> Recebemos muitos retornos, mas inferior à metade do nosso universo. Contatamos em seguida os professores orientadores para, além de divulgar nosso trabalho, pedir auxílio na localização dos autores cujos dados para contato não haviam sido encontrados ou estavam desatualizados. Praticamente todos os professores orientadores deram algum retorno, mas nem sempre tinham notícias de seus ex-orientandos.

Conseguimos que alguns colaboradores nos enviassem cópias de alguns trabalhos que estavam disponíveis em bibliotecas e os demais foram solicitados pelo Sistema de Comutação Bibliográfica – Comut.

Na medida em que os trabalhos foram chegando, os documentos eram digitalizados e cópias foram enviadas para os pesquisadores. Neste segundo momento o trabalho realizado foi o de ler os documentos nas suas versões integrais e escrever um artigo por temática, que serviu de subsídio para um segundo Seminário de Pesquisa, realizado em fevereiro de 2008.

O segundo encontro de pesquisadores teve por objetivo discutir as primeiras versões dos artigos de cada área temática, apresentar os achados de cada pesquisa e estabelecer relações entre as temáticas. Serviu também para definir os conteúdos gerais contemplados neste artigo introdutório. Na sequência do segundo seminário, os pesquisadores passaram a escrever as versões definitivas dos artigos publicados neste número especial.

Ainda em relação aos artigos, foram feitas as seguintes recomendações para os pesquisadores para que pudessem, na medida do possível, contemplar em seus artigos, para cada campo temático, os seguintes pontos: principais teóricos e conceitos; incluir bibliografia analisada; bibliografia citada pelos autores das teses e pelo autor do artigo de forma diferenciada; focar na dimensão educativa; tentar equilibrar o conteúdo dos trabalhos com a análise geral (comentários) sobre os trabalhos; indicar quais são os trabalhos mais relevantes que “merecem” ser destacados; no próprio corpo do artigo, contextualizar dados gerais sobre os trabalhos; identificar núcleos de pesquisa; caracterizar os sujeitos educadores e educandos; fazer sugestões para novas pesquisas, novos temas e recomendações, identificando as lacunas; falar do perfil dos pesquisadores (autores das teses), quando possível.

---

<sup>7</sup> O Projeto propôs a construção de uma biblioteca digital para disponibilizar as dissertações e teses por meio digital. A proposta foi financiada com recursos da FAPESP em projeto específico e entrou no ar em setembro de 2009.

Todo o material coletado está disponibilizado na biblioteca digital da Ação Educativa, de forma que os leitores podem ter acesso aos documentos integrais consultados, além dos artigos produzidos. O endereço da biblioteca é:

<http://www.bdae.org.br/dspace/>

## **Resultados**

Como resultado, foi produzido um conjunto de textos, em forma de artigos, sobre cada temática analisada pelos pesquisadores. Neles, foram realizados balanços da produção discente, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Os artigos não revelam um conjunto homogêneo, como já foi dito anteriormente. Cada pesquisador teve a liberdade de organizar o seu artigo como melhor o compreendesse para fins da sua análise e publicação. Também nem todos os trabalhos para uma mesma temática foram analisados, ou porque não foram localizados, ou porque os trabalhos concentraram-se em focos temáticos. Mas todos eles procuraram mostrar o perfil da educação não escolar em cada campo temático, considerando os diversos aspectos definidos em comum no primeiro seminário coletivo.

A grande maioria dos pesquisadores tratou de dividir o tema em outros subtemas, de forma a melhor dar conta da missão de balanço da produção de conhecimentos.

O conjunto de três artigos relativos à educação do trabalhador tratou de um vasto universo da produção discente sobre este campo, fazendo um balanço significativo dos resultados e limitações dos estudos.

O artigo elaborado pela pesquisadora Gisela Tartuce analisou dezessete trabalhos em torno do PLANFOR, enquanto os dois artigos de Ana Cláudia Ferreira Godinho e Maria Clara Bueno Fischer analisaram, no primeiro deles, dezoito pesquisas sobre as ações educativas realizadas por entidades sindicais vinculadas às centrais sindicais, principalmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou por programas desenvolvidos em instâncias orgânicas da Central; no segundo artigo, as quatorze pesquisas analisadas trataram de experiências educativas de cunho histórico ou atuais, tendo como atores o Poder Público, a Igreja Católica, o empresariado ou, recentemente, ONGs e trabalhadores da indústria calçadista de Franca-SP.

O campo onde a maioria das pesquisas se move é o da reestruturação produtiva, no contexto da globalização e do neoliberalismo. Um novo perfil de trabalhador coloca a educação geral e profissional no centro dos debates, como fator de desenvolvimento dos países e dos indivíduos. Dentro desta lógica, uma série de políticas e práticas pedagógicas em experiências não escolares foram desenhadas e realizadas, e os estudos trataram de analisar suas idéias, proposições, interesses e relações de poder estabelecidas.

Para Ana Cláudia e Maria Clara, as iniciativas educacionais, na sua grande maioria, estão comprometidas com a adaptação do trabalhador ao modo de organização do trabalho e da produção hegemônicas. Entretanto, algumas pesquisas salientam as formas de educação desenvolvidas pelos trabalhadores, bem como os seus mecanismos de resistência ante a pedagogia dominante.

Para o conjunto dos trabalhos, uma percepção: o foco da educação não escolar não foi central, apesar de presente em praticamente todos. Assim, esse campo – o das práticas pedagógicas e seus impactos sobre a vida das pessoas – é um campo aberto a futuras pesquisas sobre práticas educativas não escolares com trabalhadores, sejam elas derivadas de políticas públicas ou não.

O artigo de Henrique Tahan Novaes faz uma revisão bibliográfica de 26 teses de doutorado e dissertações de mestrado que se debruçaram sobre os temas da Autogestão, Cooperativismo, Associativismo, Economia Solidária, Educação Popular e a relação entre trabalho associado e educação autogestionária. Para o autor, os trabalhos tendem a afirmar que a autogestão é a “magnífica escola”, pois são nas experiências autogestionárias que a classe trabalhadora enfrenta os verdadeiros desafios: desnaturalizar a separação entre dirigentes e dirigidos; aprender a lutar de forma coletiva contra os patrões e ou contra o Estado; aprender a dividir o trabalho de uma nova forma, a fazer rodízios de cargos e principalmente concentrar as decisões estratégicas em assembléias democráticas, gerando um processo coletivo de aprendizagem. É também nos processos com características autogestionárias que se tende a questionar a hierarquia salarial capitalista. Por último, Henrique afirma que experiências não escolares na órbita do capital formam seres subordinados e com a qualificação necessária para a reprodução deste, enquanto que a pedagogia da produção associada apontaria para uma formação e qualificação qualitativamente distintas.

O artigo da Fabiana de Cássia Rodrigues analisa dezesseis trabalhos, sendo nove dissertações de mestrado e sete teses de doutorado que tiveram por objeto a educação de adultos em movimentos de luta pela terra, bem como em trabalhos que realizaram estudos sobre projetos de extensão rural. Fabiana constata uma diferença fundamental entre dois grupos de trabalhos analisados, de um lado trabalhos ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e seu confronto com o sistema do capital. De outro lado, os trabalhos que tiveram por objetivo estudar as abordagens realizadas por governos e por ONGs (Organizações não governamentais) na educação dos trabalhadores no campo, denominadas de atividades de extensão rural. Segundo a autora, trata-se, nesse último caso, de práticas não escolares que “pressupõem o capitalismo, pretendem melhorá-lo, sem confrontá-lo em nenhum momento.”

Michelle Prazeres examinou doze teses e dissertações cujos objetos se referem à relação entre *Educação e Comunicação*, seus instrumentos, práticas e métodos, e sobre as possibilidades de interação entre eles. Segundo investigou, a relação entre os dois campos tem como contexto as questões de cidadania e cultura, sociedade (e socialização) e participação. Na maioria dos estudos, a educação não escolar se realiza por meio de um instrumento de comunicação popular, abordado a partir de seu processo de produção enquanto processo educativo, de emancipação e intervenção na vida pública (ou em comunidade). A comunicação é abordada, majoritariamente, como instrumento de “formação da consciência na ação”.

Os quatorze trabalhos analisados por Claudia Bogus tiveram como contexto o sistema de saúde brasileiro - Sistema Único de Saúde -, no que se refere aos seus serviços públicos. O Programa de Saúde da Família foi a temática mais recorrente, na sequência aparecem os trabalhos com enfoque no estudo de agentes de saúde que fazem uso da educação popular em suas ações educativas em saúde. Segundo a autora, os estudos analisados compõem um interessante quadro que revela o dinamismo que pode ser encontrado no desenvolvimento das práticas sanitárias com caráter educativo no nível local e suas potencialidades, apesar das muitas limitações explicitadas.

O artigo de Nilton Bueno Fischer tomou por base 39 das 58 dissertações e teses sobre a relação entre o campo da educação não escolar de adultos e a educação ambiental. Segundo o autor, os estudos reafirmaram a necessidade da escuta dos sinais da natureza pela voz das pessoas das classes populares em suas interações em diferentes práticas sociais, dados os

novos desafios postos pelo desdobramento das intervenções do homem no equilíbrio das relações homem-natureza. Nilton destaca o fato de os estudos não darem a ênfase necessária nas ferramentas teóricas e metodológicas para lidarem nas práticas de educação não escolares, com a relação entre os saberes acadêmicos e os saberes das populações estudadas.

No mesmo caminho, Pedro Benjamin Garcia e Hamilton Faria analisaram dezesseis trabalhos três teses de doutorado e treze dissertações de mestrado, referentes à área temática Educação e Cultura Popular. Os campos analisados se situavam na área da arte, num total de oito (teatro, música, cerâmica e fotografia); cinco na área de folclore (arte popular, brincadeiras, rituais, festa); duas ligadas ao patrimônio histórico (educação patrimonial); uma sobre “saber profundo”. Os autores destacam a presença do conceito de conscientização nos textos, com um viés menos iluminista que perdurou nos anos 60 e 70, e constatarem o fenômeno da hibridização cultural nas práticas educacionais, que, conforme Canclini, faz uma ponte entre a cultura popular e a cultura erudita.

Sérgio Haddad, em seu artigo, analisou dezenove dos 23 trabalhos sobre o tema da educação e desenvolvimento na perspectiva da educação não escolar de adultos. Dois subtemas foram identificados como relevantes: o que tratou da temática da renda mínima através da transferência de recursos por parte do poder público, e trabalhos sobre programas de desenvolvimento local. Ambas as temáticas, na maioria dos trabalhos examinados, tomaram como pano de fundo a discussão sobre o modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, onde setores sociais e regiões são desigualmente contemplados pelos seus frutos. Para o autor, o tema da educação não escolar esteve vinculado à criação das condições para incluir ou ampliar a participação dos setores empobrecidos nas propostas de desenvolvimento e na construção dos seus destinos.

Marcos José Pereira da Silva e Mariana Pasqual Marques no seu artigo, assim como Aline Abbonizio, trataram de temas que podem ser categorizados na tradição do que acostumamos a chamar por Educação Popular. Os primeiros analisaram 22 trabalhos, sendo dezessete dissertações e cinco teses, todos referentes à temática *educação política*. Aline examinou treze títulos sobre educação não escolar de adultos que tratam de experiências formativas relacionadas aos locais de moradia, em espaços comunitários que têm como importantes promotores das iniciativas as associações de moradores, centros comunitários, centros de formação e a Igreja Católica.

Para a maioria dos trabalhos, a efetividade da educação não escolar está identificada na capacidade do processo educativo com vistas à transformação social. Marcos e Mariana apontam para o fato de que para a maioria dos trabalhos examinados a questão metodológica, o como apreender e aferir os processos educativos, segue sendo um grande desafio para os pesquisadores da educação política. Para os autores, alguns estudos buscam superar o senso comum de que “a participação gera conhecimento” sem, contudo, indicar quais são os conhecimentos construídos e como são construídos.

Kátia Régis em seu artigo apresenta a análise de treze teses e dissertações sobre o tema Educação não-escolar de adultos e relações etnicorraciais. Identifica a educação não escolar presente num conjunto de ações das entidades do movimento negro, organizações da sociedade civil, núcleos culturais da população negra e por meio de práticas religiosas em Irmandades e em religiões de matriz africana como o Candomblé. Discute as contribuições destas práticas educativas para a construção da identidade negra e para questionar a educação escolar, através das críticas e proposições aos seus currículos.

Finalmente, o trabalho de Carmen Silva, trata da vinculação entre educação não escolar a partir do foco nas relações de gênero. Tomando como pressuposto as diferenças e desigualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira que perpassam todos os espaços da vida, tanto no âmbito público como no privado, os trabalhos de educação não escolar analisados discutem seu papel na superação desta condição. Ganha importância neste sentido, a participação das mulheres como sujeitos dos processos educativos.

### **A Educação Não Escolar na Produção Acadêmica**

Entre algumas observações finais, podemos dizer que a Educação Não Escolar analisada neste conjunto de dissertações e teses está presente em um amplo leque de experiências sociais, quase sempre vinculado à idéia de processos educativos voltados à promoção humana. O que isto pode significar é bastante variável a depender das orientações destes processos sociais e de suas práticas pedagógicas.

Tais processos educativos têm servido para promover relações de equidade em uma sociedade marcada pelas diferenças e desigualdades entre gêneros e raças. Tem servido para promover o desenvolvimento local, a formação política, a formação profissional. É utilizada também para o setor de saúde e para promoção da cultura de diferentes grupos sociais.



É uma educação que não é delimitada por anos de estudo, por ser seriada, ou com cargas horárias, níveis de ensino e certificações promocionais, como é a educação escolar. Sua característica é a diversidade no tempo, nas suas temáticas, nos espaços e nas suas institucionalidades e intencionalidades.

Apresentam-se com maior ou menor formalidade. Muitas vezes se assemelham, por suas características, a processos escolares, como são muitos dos cursos profissionalizantes voltados à formação dos trabalhadores. Outras vezes ganham características mais “leves”, menos formais, mas não destituídas de intencionalidades políticas e pedagógicas.

Pode-se perceber o quando as experiências de educação popular produzidas em épocas passadas e que tinham por orientação o pensamento de Paulo Freire influenciam o que temos chamado hoje por educação não escolar. Isto pode ser observado tanto na permanente reafirmação da dimensão política destas práticas não escolares, no sentido da construção de um mundo com menos desigualdades e maior justiça social, quanto na maneira como tais práticas se realizam. Há uma aproximação com a identidade dos sujeitos destes processos educativos, com os seus interesses, no seu modo de perceber o mundo, e de produzir e reproduzir conhecimentos. A valorização do saber popular no diálogo com um saber mais erudito ou acadêmico e que retorna com nossos sentidos para a conjuntura atual, é outra características que os estudos apresentam. A horizontalidade nas relações entre educadores e educandos e os ganhos de consciência de quem participa destas práticas, presentes nas pesquisas, retomam as orientações da Educação Popular.

Mas os estudos apontam também outras práticas de natureza oposta ou diversa destas primeiras, segundo seus autores e comentadores. Práticas que se propõe a ajustar determinados setores sociais aos interesses do capital ou aos interesses do estado. Muitos dos programas de formação do trabalhador podem vir carregados destas intencionalidades de adaptação acrítica a um mundo do capital em mudança. Muitos das experiências produzidas por órgãos públicos mostram características de amenização dos conflitos sociais e de integração subordinada destes setores às políticas públicas.

Nada disto é novo, afinal. A Educação, como muitos já disseram, não é uma prática social neutra. Ela é reflexo da luta social e dos interesses diversos das classes e grupos que compõe uma dada sociedade e que buscam conquistar corações e mentes para seus interesses. Os objetivos, os currículos, os processos pedagógicos, as formas como se organizam no

tempo e no espaço se ajustam para melhor atender a estes objetivos. Os estudos apenas refletem estes interesses diversos.

Interessou, para nós, verificar nestas pesquisas como isto ocorre no campo das práticas educativas não escolares.

No plano acadêmico, a grande maioria dos trabalhos não tem como foco central a temática de educação não escolar, mostrando-se um campo que, nominado desta maneira, ainda não desperta grande interesse. Isto não significa que para todos os trabalhos selecionados, e por isso foram selecionados, a dimensão educativa não estivesse presente com diversos nomes: educação não formal, educação popular, educação para a cidadania, entre outros.

No entanto, surpreendeu aos pesquisadores, o quando a temática ainda não é tida como prioridade, seja porque é de difícil identificação entre os diversos temas tomados, seja porque é dada como de menor importância frente aos que avaliam a educação escolar de adultos. É neste sentido que pouco se encontrou de núcleos de pesquisas produtores de sentido para a temática.

A pesquisa demonstrou um potencial e uma relevância extremamente vigorosa, ao mesmo tempo em que identificou uma diversidade temática muito grande, onde as lacunas a serem preenchidas se mostram como potencial para futuras investigações.

## **Bibliografia**

AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado-mercado. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 36, Habermas, Coehn e Arato, 1993.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular*. Brasília: Líber Livre Ed., 2004.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática. 1991.

\_\_\_\_\_. Democracia e Cidadania. *REVISTA POLIS*, fev. de 1994.

BROBÈRE, Gilles, BÉZILLE, Hélène. Le usage de la notion de l'informel dans le champ de l'éducation. *Revue française de pédagogie*, n. 158, jan/fev/mar 2007.

COMPARATO. Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2004.

COSTA, Sérgio. Categoria Analítica ou Passe-Partou Político-Normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 43, 1997.

\_\_\_\_\_. Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 38, 1994.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HADDAD, Sérgio (Coord). *Ensino Supletivo no Brasil: o estado da arte*. Brasília: Inep, Reduc, 1987, 136 p.

HADDAD, Sérgio (coord). *Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília. MEC/INEP/COMPED, 2002

HURTADO, Carlos Nuñez. *Educar para transformar, transformar para educar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

O'DONNELL, Guillermo. *Democracia, Desarrollo Humano y Derechos Humanos* (versión revisada de la ponencia presentada en el taller desarrollado en Heredia, Costa Rica, 1 y 2 de feb de 2002) mimeo.

PONTUAL, Pedro. *O processo educativo no orçamento participativo: aprendizados dos atores da sociedade civil e do Estado*. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et. al. *Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos*. São Paulo, Campinas: CEDI, Papyrus, 1992, 128 p.

RIBEIRO, Vera Maria. *Analfabetismo e Atitude*. São Paulo, Ação Educativa: Papyrus, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1993.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

TRILLA BERNET, Jaume. La educación no formal. In: *Aportes a las Prácticas de Educación no Formal, desde la Investigación Educativa*, Ministerio de la Educación y Cultura, Universidad de La República, Montevideo, enero 2009.